



RELICI

EXPERIMENTOS POLÍTICOS DIS/U-TÓPICOS: FILOSOFIA POLÍTICA, RADICALIZAÇÃO IDEOLÓGICA E DERIVA AUTORITÁRIA EM *THE LEGEND OF KORRA*¹

*DIS/UTOPIAN POLITICAL EXPERIMENTS: POLITICAL PHILOSOPHY,
IDEOLOGICAL RADICALIZATION, AND AUTHORITARIAN DRIFT IN THE LEGEND
OF KORRA*

*Leandro de Sousa Almeida*²

RESUMO

Este artigo analisa os modelos de governo apresentados na série *A Lenda de Korra*, derivada de *Avatar: A Lenda de Aang*, a partir das categorias teóricas de utopia e distopia. A pesquisa adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e interpretativa, examinando os projetos políticos formulados pelos antagonistas Amon, Unalaq, Zaheer e Kuvira como experimentos narrativos de radicalização ideológica. O referencial teórico fundamenta-se em Thomas More (1516), ao conceituar a utopia como projeto normativo ideal; Hannah Arendt (1951), na análise do totalitarismo e da supressão da pluralidade; Karl Popper (1945), na crítica ao engenheirismo social utópico; Thomas Hobbes (1651), na defesa da necessidade de autoridade política frente ao estado de natureza; Jean-Jacques Rousseau (1762), na discussão sobre desigualdade moral e política; Michel Foucault (1975), na análise dos dispositivos disciplinares de poder; Émile Durkheim (1897), no conceito de anomia; Isaiah Berlin (1958), na distinção entre liberdade negativa e positiva; e Giorgio Agamben (2003), na reflexão sobre o estado de exceção. Argumenta-se que cada antagonista parte de um valor normativamente legítimo – igualdade, espiritualidade, liberdade ou ordem –, mas que a absolutização desses princípios conduz à eliminação do pluralismo e à configuração de estruturas distópicas. Conclui-se que a série funciona como alegoria contemporânea dos riscos da radicalização ideológica, demonstrando que a supressão do dissenso constitui o ponto de inflexão entre utopia e distopia.

Palavras-chave: utopia, distopia, filosofia política, radicalização ideológica, deriva autoritária.

¹ Recebido em 19/02/2026. Aprovado em 06/03/2026. DOI: doi.org/10.5281/zenodo.21193689

² Universidade Estadual da Paraíba. leandro.sousa@aluno.uepb.edu.br



RELICI

ABSTRACT

This article analyzes the models of government portrayed in the animated series *The Legend of Korra*, a sequel to *Avatar: The Last Airbender*, through the theoretical categories of utopia and dystopia. Employing a qualitative, bibliographic, and interpretative approach, the study examines the political projects developed by the antagonists Amon, Unalaq, Zaheer, and Kuvira as narrative experiments of ideological radicalization. The theoretical framework draws upon Thomas More (1516) in conceptualizing utopia as a normative ideal; Hannah Arendt (1951) in her analysis of totalitarianism and the suppression of plurality; Karl Popper (1945) in his critique of utopian social engineering; Thomas Hobbes (1651) regarding the necessity of political authority; Jean-Jacques Rousseau (1762) on moral and political inequality; Michel Foucault (1975) on disciplinary mechanisms of power; Émile Durkheim (1897) on anomie; Isaiah Berlin (1958) on the distinction between negative and positive liberty; and Giorgio Agamben (2003) on the concept of the state of exception. The study argues that each antagonist is grounded in a normatively legitimate value – equality, spirituality, freedom, or order – but that the absolutization of these principles leads to the suppression of pluralism and the emergence of dystopian structures. The series thus operates as a contemporary allegory of the dangers of ideological radicalization, highlighting the suppression of dissent as the turning point between utopia and dystopia.

Keywords: utopia, dystopia, political philosophy, ideological radicalization, authoritarian drift.

O UNIVERSO POLÍTICO-FILOSÓFICO DE AVATAR

A tradição filosófica que pensa a política é atravessada por uma tensão estrutural entre ideal normativo e realidade histórica. Desde a formulação clássica de *Utopia*, de Thomas More, até as críticas modernas de Karl Popper ao “engenheirismo social utópico”, a imaginação de sociedades perfeitas sempre esteve acompanhada pelo risco de sua transformação em formas opressivas de organização social. As narrativas contemporâneas de cultura midiática frequentemente atualizam esse debate sob novas linguagens simbólicas. Nesse sentido, a série *A Lenda de Korra* (*The Legend of Korra*), derivada de *Avatar: A Lenda de Aang* (*Avatar: The Last Airbender*), constitui um laboratório ficcional particularmente sofisticado para examinar a relação entre utopia, poder e distopia.



RELICI

Diferentemente de antagonistas unidimensionais, os principais opositores da protagonista articulam projetos políticos estruturados, baseados em diagnósticos sociais plausíveis e sustentados por ideais normativamente sedutores: *igualdade*, *reconexão espiritual*, *liberdade* e *ordem*. A complexidade narrativa reside no fato de que esses valores, isoladamente considerados, não são moralmente reprováveis; ao contrário, ocupam posição central na tradição filosófica ocidental. O problema emerge quando tais valores são absolutizados, convertendo-se em princípios exclusivos de organização social. Este artigo sustenta que a série dramatiza precisamente o momento em que a utopia degenera em distopia, ou seja, quando um valor único se transforma em fundamento totalizante do poder político.

O universo narrativo inaugurado por *Avatar: A Lenda de Aang* e posteriormente expandido em *A Lenda de Korra* constitui uma das construções ficcionais mais sofisticadas da animação contemporânea. Ambientada em um mundo dividido em quatro nações – Água, Terra, Fogo e Ar –, a série organiza sua cosmologia a partir do domínio dos elementos naturais por indivíduos conhecidos como “dobradores”, enquanto o Avatar é a única figura capaz de dominar todos os elementos e atuar como mediador do equilíbrio global. Mais do que uma narrativa de aventura, o universo Avatar articula questões filosóficas, espirituais e políticas com notável densidade conceitual.

A série original apresenta um cenário de guerra imperialista conduzida pela Nação do Fogo, tematizando colonialismo, responsabilidade moral e reconstrução pós-conflito. Já sua continuação desloca o foco para tensões próprias da modernidade, a saber: urbanização acelerada, industrialização, secularização, desigualdades estruturais e crise das instituições políticas. Em *A Lenda de Korra*, o mundo não está mais dominado por um império bélico, mas atravessado por conflitos ideológicos que disputam o sentido do poder, da justiça e da ordem social.

Esse deslocamento narrativo é fundamental para compreender o potencial analítico da obra. Se na primeira série o antagonismo é estruturado sobretudo em termos de guerra e expansão imperial, na segunda ele assume contornos



RELICI

explicitamente políticos e filosóficos. Cada temporada é organizada em torno de um líder que formula um projeto de reorganização social baseado em um valor normativo central: *igualdade* (Amon), *espiritualidade* (Unalap), *liberdade* (Zaheer) ou *unidade* (Kuvira). Tais projetos não surgem como caricaturas, mas como respostas plausíveis a problemas reais do mundo ficcional. A crítica à desigualdade entre dobradores e não-dobadores, a denúncia da perda de espiritualidade, a contestação da autoridade monárquica e a necessidade de reconstrução institucional após o caos são apresentadas como demandas legítimas.

Essa estrutura narrativa permite compreender o universo Avatar como um espaço simbólico de experimentação política. A figura do Avatar, enquanto mediador do equilíbrio, não representa apenas poder extraordinário, mas uma metáfora da moderação e da integração de forças divergentes. O equilíbrio entre os elementos funciona como alegoria da necessidade de conciliar valores potencialmente conflitantes na esfera pública. Quando esse equilíbrio é rompido, seja pela supremacia de um elemento, seja pela absolutização de um princípio, o mundo entra em desequilíbrio.

Assim, o universo construído pelas duas séries não apenas entretém, mas oferece material fértil para reflexão teórica sobre utopia, distopia e radicalização ideológica. Ao dramatizar projetos políticos que partem de ideais moralmente defensáveis e evoluem para formas de dominação ou instabilidade, a narrativa convida à análise crítica dos limites da ação política e dos riscos inerentes à absolutização de valores. Nesse sentido, Avatar pode ser lido como uma alegoria contemporânea da tensão permanente entre ideal normativo e complexidade social, tensão que constitui o núcleo da tradição do pensamento político moderno.

IGUALDADE E SUPRESSÃO: A DERIVA TOTALITÁRIA DO IDEAL IGUALITÁRIO

No primeiro arco narrativo de *A Lenda de Korra*, a ascensão de Amon ocorre em um contexto urbano marcado por assimetrias estruturais entre dobradores e não dobradores. Cidade República é apresentada como uma metrópole industrial



RELICI

moderna, cuja organização institucional evidencia hierarquias simbólicas e funcionais. A polícia é composta majoritariamente por dobradores de metal; eventos esportivos de prestígio social valorizam habilidades elementais; cargos estratégicos e posições de influência são ocupados, em grande parte, por indivíduos que detêm a capacidade de manipular os elementos. A dobra, nesse cenário, opera como capital simbólico e político, organizando formas de reconhecimento e acesso ao poder.

Sob esse aspecto, a análise pode ser aproximada da noção de capital simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu (1989), segundo a qual determinados atributos socialmente valorizados convertem-se em recursos estruturantes de hierarquia. A dobra não é apenas habilidade técnica, é marcador de status. O ressentimento dos não dobradores, portanto, não surge de mera inveja individual, mas de uma percepção concreta de exclusão estrutural. O discurso de Amon encontra solo social fértil porque mobiliza uma desigualdade experienciada cotidianamente.

Esse diagnóstico dialoga diretamente com a crítica de Jean-Jacques Rousseau (1762) à desigualdade moral e política. Rousseau distingue desigualdade natural, derivada de diferenças físicas ou disposicionais, da desigualdade convencional ou moral, construída pelas instituições sociais. Para o filósofo, o problema não reside na diferença em si, mas na forma como a sociedade a instrumentaliza para legitimar dominação. Amon apropria-se dessa crítica, mas a radicaliza, pois em vez de reformar instituições para mitigar desigualdades estruturais, propõe eliminar a própria diferença natural que fundamenta a hierarquia.

É aqui que o ideal igualitário ultrapassa o horizonte reformista e adentra o campo da engenharia social totalizante. Karl Popper (1945) alerta que projetos de reorganização integral da sociedade, orientados por um ideal único, tendem a justificar intervenções coercitivas amplas. Ao retirar forçosamente a dobra dos indivíduos, Amon converte a igualdade em nivelamento absoluto. Não se trata mais de justiça distributiva, mas de homogeneização compulsória.

A transformação do ideal em instrumento de coerção pode ser compreendida à luz da análise de Hannah Arendt (1951) sobre o totalitarismo. Para Arendt, regimes



RELICI

totalitários emergem quando a pluralidade humana, condição fundamental da política, é suprimida em nome de uma ideia totalizante. A igualdade proposta por Amon não reconhece diversidade como constitutiva da condição humana, porquanto ela busca suprimir diferenças em nome de uma uniformidade concebida como justa. A promessa de emancipação converte-se em política de perseguição. A supressão da dobra, apresentada como libertação, torna-se mecanismo disciplinar.

Michel Foucault (1975), ao analisar os dispositivos de poder disciplinar, demonstra que o controle moderno não opera apenas por repressão explícita, mas por normalização. Amon institui nova norma: a condição ideal é a ausência de dobra. A diferença passa a ser tratada como desvio a ser corrigido. A igualdade deixa de ser horizonte normativo pluralista e torna-se padrão imposto. O espetáculo público de remoção da dobra, que é realizado em assembleias multitudinárias, funciona como ritual pedagógico de intimidação e reconfiguração simbólica do corpo social.

Além disso, o movimento liderado por Amon apresenta traços do que Max Weber (1922) denominou dominação carismática. Em contextos de crise institucional, lideranças carismáticas emergem como portadoras de missão redentora. A máscara, a retórica messiânica e a narrativa de sofrimento pessoal constroem aura de legitimidade extraordinária. O carisma não apenas mobiliza seguidores, ele suspende questionamentos racionais em nome da confiança na figura salvadora. O igualitarismo transforma-se, assim, em movimento centralizado em torno de uma autoridade que concentra decisão e define o inimigo.

Sob a perspectiva de Isaiah Berlin (1958), pode-se ainda interpretar o projeto de Amon como tentativa de maximizar igualdade à custa da liberdade negativa. Ao eliminar a dobra, suprime-se a capacidade individual de exercer determinada potência, mesmo que essa potência não seja necessariamente empregada para dominação. A liberdade individual é sacrificada em nome de uma concepção abstrata de justiça coletiva.

A distopia não decorre, portanto, da busca por igualdade enquanto tal, mas de sua absolutização e implementação coercitiva. A eliminação da diferença como



RELICI

solução política implica eliminação do pluralismo e substituição da diversidade por uniformidade imposta. O ideal emancipatório converte-se em regime de controle porque recusa mediações institucionais e ignora a complexidade das relações sociais. A narrativa evidencia, assim, que a radicalização de um valor normativamente legítimo pode produzir efeito inverso ao pretendido. Em vez de libertar, aprisiona. Em vez de democratizar, centraliza. Em vez de incluir, padroniza.

Desse modo, o arco de Amon constitui uma alegoria contemporânea dos riscos inerentes ao igualitarismo totalizante. A crítica à desigualdade é legítima e o problema emerge quando a resposta política elimina a própria condição da política, que é a coexistência de diferenças em espaço comum.

ESPIRITUALIDADE E PODER: A TEOCRATIZAÇÃO DO SAGRADO

No segundo arco narrativo de *A Lenda de Korra*, a figura de Unalaq introduz uma nova inflexão utópica: a promessa de reconexão espiritual como resposta à modernização acelerada. Diferentemente do conflito social urbano mobilizado por Amon, aqui o diagnóstico recai sobre uma crise ontológica. O mundo encontra-se tecnicamente avançado, politicamente organizado e economicamente dinâmico, mas espiritualmente esvaziado. A industrialização de Cidade República, a racionalização burocrática das instituições e o enfraquecimento das tradições tribais compõem o pano de fundo de uma narrativa de decadência espiritual.

A crítica de Unalaq ecoa diagnósticos clássicos da modernidade. Max Weber (1922) descreveu o processo de racionalização como desencantamento do mundo (*Entzauberung*), no qual a magia e o mistério cedem lugar à previsibilidade técnica e à administração racional. A modernidade, ao organizar o mundo sob critérios instrumentais, reduz o espaço do sagrado. Charles Taylor (2007), ao analisar a era secular, argumenta que a pluralização de crenças e o enfraquecimento das estruturas religiosas tradicionais produzem uma “condição de crença” instável, marcada por busca permanente de sentido. O diagnóstico de Unalaq, portanto, não é irracional, pois, há, de fato, uma tensão entre modernização e espiritualidade.



RELICI

Entretanto, o que inicialmente se apresenta como restauração cultural progressivamente assume forma política. A abertura dos portais espirituais, ato que altera ontologicamente a relação entre humanos e espíritos, deixa de ser gesto simbólico e transforma-se em projeto de reorganização da ordem mundial. Ao reivindicar autoridade exclusiva na mediação entre os dois planos da existência, Unalaq converte liderança religiosa em soberania política.

A articulação entre transcendência e poder pode ser compreendida à luz de Carl Schmitt (1922), para quem os conceitos fundamentais da teoria moderna do Estado são secularizações de conceitos teológicos. A soberania, definida como poder de decidir sobre o estado de exceção, possui estrutura análoga à autoridade divina. No caso de Unalaq, essa analogia deixa de ser implícita e torna-se literal: a legitimidade política é fundamentada em pretensa superioridade espiritual. A fusão com Vaatu simboliza a radicalização dessa pretensão, pois ele não apenas interpreta o sagrado, mas incorpora uma entidade espiritual como fundamento de sua autoridade.

A distopia emerge quando o sagrado se converte em monopólio institucional. Michel Foucault (1978) descreve o poder pastoral como forma de condução das consciências em nome da salvação, caracterizado por vigilância moral e direção espiritual contínua. Sob a liderança de Unalaq, a espiritualidade deixa de ser experiência plural e torna-se norma imposta. A divergência não é tratada como discordância política legítima, mas como ameaça à ordem cósmica. O dissenso assume estatuto de heresia.

Hannah Arendt (1951) observa que projetos totalizantes tendem a reinterpretar oposição como corrupção interna da verdade. Nesse sentido, a proposta de purificação espiritual operada por Unalaq transforma o campo político em campo moral absoluto. A política deixa de ser espaço de deliberação entre diferentes perspectivas e converte-se em cruzada redentora. A abertura permanente dos portais espirituais não é apenas mudança cosmológica, é imposição de nova ontologia obrigatória para toda a coletividade.



RELICI

Pode-se ainda interpretar essa dinâmica à luz da crítica de Jürgen Habermas (1981) à colonização do mundo da vida. Quando sistemas normativos se impõem de maneira instrumental sobre esferas comunicativas plurais, ocorre redução do espaço discursivo. A espiritualidade, que poderia constituir dimensão de sentido compartilhado por meio do diálogo, torna-se mecanismo vertical de legitimação do poder. O debate é substituído por revelação; a deliberação, por autoridade.

O ideal utópico de reconexão espiritual converte-se, assim, em fundamentalismo político. A pureza torna-se critério de pertencimento. A diferença é reinterpretada como corrupção, o pluralismo espiritual é subsumido sob interpretação única. A promessa de harmonia cósmica justifica a suspensão de mediações institucionais e a concentração de poder. A transcendência, instrumentalizada, legitima coerção.

A distopia teocrática não se estabelece por negação da espiritualidade, mas por sua absolutização e captura pelo aparato político. O problema não reside na valorização do sagrado, mas na sua transformação em fundamento incontestável de soberania. Ao eliminar a separação entre autoridade espiritual e poder coercitivo, o projeto de Unalaq dissolve o espaço intermediário onde a política pode operar como prática plural.

A narrativa evidencia, portanto, uma tensão estrutural, isto é, a busca por sentido transcendente pode converter-se em mecanismo de dominação quando se recusa a coexistir com a diferença. Assim como no arco anterior a igualdade se transforma em nivelamento coercitivo, aqui a espiritualidade converte-se em dogma institucional. Em ambos os casos, o elemento distópico emerge não do valor originário, igualdade ou transcendência, mas de sua implementação totalizante.

LIBERDADE E ANOMIA: A FRAGILIDADE DO VÁCUO INSTITUCIONAL

O terceiro movimento ideológico de *A Lenda de Korra* é representado por Zaheer, cuja filosofia aproxima-se do anarquismo radical. Sua crítica ao Estado ecoa tradições libertárias clássicas, especialmente aquelas formuladas por Mikhail Bakunin



RELICI

(1873), para quem a autoridade centralizada constitui fonte recorrente de opressão e limita a liberdade real dos indivíduos. Para Zaheer, a verdadeira liberdade só é possível com a destruição das hierarquias, a eliminação de governantes e a abolição das instituições coercitivas.

A implementação desse ideal, entretanto, evidencia a tensão clássica entre liberdade negativa, ou seja, ausência de coerção externa, e estabilidade institucional. Thomas Hobbes (1651) argumenta que, na ausência de autoridade comum, a sociedade retorna a uma condição de insegurança permanente, caracterizada por competição, conflito e vulnerabilidade generalizada. Após o assassinato da Rainha da Terra por Zaheer, o reino mergulha em fragmentação territorial, saques, caos administrativo e insegurança física. O colapso institucional evidencia que a supressão abrupta do poder central não gera, por si só, autogestão harmoniosa.

Émile Durkheim (1897) fornece ferramentas conceituais para compreender esse cenário através do conceito de anomia, que descreve estados de desregulação normativa nos quais as regras sociais deixam de orientar condutas. O contexto pós-intervenção de Zaheer corresponde a essa definição, isto é, ausência de normas claras, competição violenta entre facções e insegurança estrutural se tornam o padrão de convivência. A liberdade negativa, mediante ausência de interferência coercitiva, não se traduz automaticamente em liberdade positiva, entendida como a capacidade de agir e desenvolver projetos individuais em ambiente estável e seguro (Berlin, 1958).

Além disso, a narrativa evidencia um paradoxo fundamental do libertarianismo radical, em que a destruição das estruturas de poder precede a construção de alternativas viáveis, criando vácuo de autoridade. Esse vazio institucional se torna terreno fértil para a ascensão de lideranças autoritárias subsequentes, como ocorre mais adiante com Kuvira. O que inicia como tentativa de emancipação torna-se, ironicamente, condicionante para a negação da própria liberdade. A narrativa ilustra, portanto, que a radicalização da liberdade, sem mecanismos institucionais de mediação, pode produzir efeitos distópicos equivalentes àqueles da tirania ou do totalitarismo.



RELICI

Pode-se ainda articular essa análise com a perspectiva de Hannah Arendt (1951), que argumenta que movimentos políticos totalizantes podem emergir tanto da imposição de um valor único quanto da ausência de estruturas que mediarão conflitos e pluralidades. Assim, a liberdade absoluta, se não mediada por regras e instituições, não garante emancipação, mas sim fragmentação, anomia e vulnerabilidade social. O ideal utópico de Zaheer não é, portanto, distópico por natureza, mas se transforma em distopia ao ignorar a complexidade social e a função integradora das instituições políticas.

Em síntese, o arco de Zaheer demonstra que a utopia libertária, quando desconsidera as condições necessárias para a estabilidade e a coexistência plural, degenera em distopia anômica. A narrativa oferece uma reflexão sofisticada sobre os limites da liberdade absoluta, a interdependência entre ordem e autonomia e os riscos da radicalização ideológica, mantendo coerência temática com os arcos de Amon e Unalaq.

ORDEM E AUTORITARISMO: A SEGURANÇA COMO JUSTIFICATIVA

No quarto arco narrativo de *A Lenda de Korra*, a ascensão de Kuvira ocorre em um contexto de colapso institucional deixado pelas intervenções de Zaheer. Diferentemente dos antagonistas anteriores (Amon, Unalaq e Zaheer), que mobilizam ideais normativos para justificar radicalizações políticas, Kuvira constrói sua narrativa de poder a partir da promessa concreta de segurança, unidade e reconstrução. Seu projeto apresenta resultados tangíveis, porquanto reorganiza o transporte ferroviário, implementa disciplina administrativa e restabelece coordenação territorial, oferecendo ordem visível e funcional. Essa eficácia inicial torna seu regime particularmente sedutor, pois combina pragmatismo técnico com legitimidade moral baseada na restauração da estabilidade.

No entanto, a consolidação dessa ordem exige centralização extrema do poder e imposição coercitiva sistemática. Campos de reeducação, militarização e vigilância estruturada garantem que a disciplina não seja apenas normativa, mas



RELICI

incorporada nos corpos e comportamentos dos cidadãos. Giorgio Agamben (2003) argumenta que situações de crise legitimam estados de exceção, nos quais a suspensão de direitos é apresentada como medida temporária necessária. Em muitos casos, essa suspensão tende a se tornar permanente. A liderança de Kuvira exemplifica esse mecanismo em que o regime justifica a limitação da liberdade individual com base na promessa de segurança coletiva, transformando a exceção em norma.

A mobilização da unidade nacional como valor supremo funciona como critério de lealdade incondicional. Dissidência, contestação ou crítica são reinterpretadas como traição. Michel Foucault (1978) descreve o poder disciplinar como uma técnica de organização minuciosa dos corpos, espaços e comportamentos. Sob o regime de Kuvira, essa disciplina assume dimensão tecnológica, militar e administrativa, criando uma governança totalizante que articula coerção e moralidade. A ordem deixa de ser meio para coexistência plural e transforma-se em fim absoluto, abolindo qualquer espaço de contestação legítima.

Pode-se ainda compreender o regime de Kuvira à luz da análise de Hannah Arendt (1951) sobre a estrutura do totalitarismo moderno, visto que regimes desse tipo frequentemente emergem não da desordem inicial, mas da promessa de restaurar estabilidade em contextos de insegurança. Assim, o controle absoluto é legitimado pela percepção de ameaça e pelo desejo social de segurança, evidenciando que o valor da ordem pode se transformar em instrumento de dominação sistemática.

A distopia autoritária representada por Kuvira não se funda no caos, mas na conversão da segurança em critério exclusivo de poder. A estabilidade obtida ao custo da liberdade demonstra que a absolutização da ordem, mesmo com resultados pragmáticos, reproduz padrões de opressão equivalentes àqueles que se pretendiam evitar. Isaiah Berlin (1958) ressalta que valores humanos frequentemente entram em conflito e que a priorização absoluta da ordem, em detrimento da liberdade e do pluralismo, gera desequilíbrio e risco de totalitarismo.



RELICI

A narrativa de Kuvira ilustra, portanto, uma lógica distópica complementar aos arcos anteriores, pois enquanto Amon distorce a igualdade, Unalaq instrumentaliza a espiritualidade e Zaheer radicaliza a liberdade, Kuvira demonstra que a segurança, quando absolutizada, pode se tornar justificativa para coerção sistemática. O resultado é um regime tecnocrático e militarizado, em que a promessa de estabilidade encobre a supressão da pluralidade e da autonomia individual, consolidando a tensão central entre utopia e distopia que atravessa toda a série.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos quatro projetos políticos dramatizados em *A Lenda de Korra* revela um padrão recorrente em que cada antagonista parte de um valor normativamente legítimo (igualdade, espiritualidade, liberdade ou ordem) e o converte em princípio exclusivo de organização social. A utopia inicial, concebida como horizonte normativo ideal, transforma-se em distopia quando a pluralidade e a diversidade são sacrificadas em nome da pureza ideológica. Essa dinâmica evidencia o risco de absolutização de qualquer princípio moral ou político.

A série sugere que a política democrática exige equilíbrio entre valores em tensão. Isaiah Berlin (1958) defende que os valores humanos são frequentemente incompatíveis, embora igualmente legítimos, pois eles não podem ser harmonizados por meio de solução única ou absolutização de um princípio. Assim, a tentativa de resolver definitivamente conflitos sociais por meio de um valor exclusivo, seja a igualdade radical de Amon, a espiritualidade totalizante de Unalaq, a liberdade absoluta de Zaheer ou a ordem coercitiva de Kuvira, conduz inevitavelmente à supressão do dissenso e ao surgimento de formas de dominação.

Hannah Arendt (1951) complementa essa análise ao argumentar que regimes totalitários emergem não apenas de crises institucionais, mas da redução da política ao cumprimento de um único valor, eliminando a pluralidade constitutiva da vida pública. A narrativa de *A Lenda de Korra* ilustra esse processo em que radicalização



RELICI

de ideais inicialmente legítimos gera coerção, violência simbólica e institucional e desestabilização social.

Do mesmo modo, Michel Foucault (1978) e Giorgio Agamben (2003) demonstram que a concentração de poder, a tecnocracia disciplinar e os estados de exceção podem ser justificados sob a aparência de valor moral ou utilitário. Nos arcos analisados, cada antagonista utiliza princípios nobres para legitimar políticas coercitivas: igualdade como nivelamento, espiritualidade como autoridade divina, liberdade como anomia e ordem como militarização. O efeito convergente é a supressão do pluralismo e da capacidade de deliberação.

Dessa perspectiva, a narrativa não condena as utopias em si, mas alerta para os riscos de sua radicalização. O problema não reside na imaginação de mundos melhores, mas na recusa de limites éticos, institucionais e pragmáticos. Thomas Hobbes (1651) e Émile Durkheim (1897) lembram que a estabilidade social depende da coexistência entre liberdade, regras e autoridade, além de que sua ausência ou absolutização leva à anomia ou à opressão.

O universo ficcional analisado oferece, assim, uma alegoria sofisticada do dilema contemporâneo: como preservar ideais normativos sem convertê-los em instrumentos de dominação? A resposta implícita parece residir na moderação, no reconhecimento da complexidade social e na aceitação de que nenhuma virtude isolada (igualdade, espiritualidade, liberdade ou ordem) pode sustentar sozinha a arquitetura da vida política. A política saudável não elimina o conflito, mas ela o administra, promovendo equilíbrio entre princípios legítimos e garantindo espaço para pluralidade, dissenso e negociação contínua.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1951.



RELICI

BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. São Paulo: Brasiliense, 1873.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1958.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1897.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 1651.

MORE, Thomas. **Utopia**. São Paulo: Martins Fontes, 1516.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1945.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1762.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Del Rey, 1922.

TAYLOR, Charles. **Uma era secular**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1922.

Avatar: The Last Airbender. Criado por Michael Dante DiMartino e Bryan Konietzko. Nickelodeon, 2005–2008.

The Legend of Korra. Criado por Michael Dante DiMartino e Bryan Konietzko. Nickelodeon, 2012–2014.